

## CONVITE

### AJUSTE DIRETO

#### PROCEDIMENTO N.º 69/2024/IGeFE

#### AQUISIÇÃO DE RENOVAÇÃO SUPORTE 4 EQUIPAMENTOS CISCO (SW) HOUSING IPTELECOM

Núcleo de Contratação Pública

Departamento de Administração Geral



Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P.

✉ Av. 24 de Julho, n.º 134 • 1399-029 Lisboa - ☎ 213 949 200 - 📠 213 907 003 - [geral@igefe.medu.pt](mailto:geral@igefe.medu.pt) - <http://www.igefe.mec.pt>

## Índice

<b>CONVITE</b> .....	1
<b>CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS</b> .....	4
Artigo 1.º – Objeto do procedimento .....	4
Artigo 2.º – Entidade Adjudicante .....	4
Artigo 3.º – Órgão competente / decisão de contratar .....	4
Artigo 4.º – Pareceres prévios, licenciamentos e autorizações necessárias que podem condicionar o procedimento e a execução do Contrato .....	5
Artigo 5.º – Fundamentação da escolha do procedimento .....	5
Artigo 7.º – Consulta e disponibilização das peças do procedimento .....	5
Artigo 8.º – Esclarecimentos, retificação e erros e omissões das peças do procedimento ...	6
Artigo 9.º – Agrupamentos .....	7
Artigo 10.º – Admissão de concorrentes .....	7
<b>CAPÍTULO II – REQUISITOS A QUE DEVEM OBEDECER AS PROPOSTAS E A RESPECTIVA ENTREGA</b> .....	7
Artigo 11.º - Prazo e forma para apresentação da proposta eletrónica.....	7
Artigo 12.º - Indicação do preço .....	8
Artigo 13.º - Proposta base .....	8
Artigo 15.º - Proposta variante .....	9
Artigo 16.º - Caução.....	9
Artigo 17.º – Proposta e documentos que a constituem .....	9
Artigo 18.º – Prazo da obrigação de manutenção das propostas.....	11
Artigo 19.º – Negociação .....	11
Artigo 20.º – Retirada da proposta .....	11
<b>CAPÍTULO III – DA ANÁLISE DA PROPOSTA E ADJUDICAÇÃO</b> .....	12
Artigo 21.º – Esclarecimentos e suprimimento de irregularidades das propostas .....	12
Artigo 22.º – Adjudicação e notificação da decisão .....	12
Artigo 23.º – Documentos de habilitação .....	13
Artigo 24.º – Modo de apresentação dos documentos de habilitação .....	13
Artigo 25.º – Não apresentação dos documentos de habilitação .....	14
<b>CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES FINAIS</b> .....	15
Artigo 28.º – Contagem dos prazos.....	15

<b>Artigo 29.º – Prevalências .....</b>	<b>16</b>
<b>Artigo 30.º – Legislação aplicável.....</b>	<b>16</b>
.....	17
<b>ANEXOS .....</b>	<b>17</b>
<b>ANEXO I - Modelo de declaração .....</b>	<b>18</b>
<b>ANEXO II - Modelo de declaração .....</b>	<b>20</b>
<b>ANEXO III - Modelo de declaração de prevalência das traduções .....</b>	<b>21</b>
<b>ANEXO IV - Modelo de declaração de confidencialidade .....</b>	<b>22</b>
<b>[a que se refere a alínea l) do n.º 2, do Artigo 17.º do Convite].....</b>	<b>22</b>
<b>ANEXO V - Modelo de declaração a que se refere o artigo 419.º-A do CCP.....</b>	<b>24</b>
<b>[e o n.º 2, alínea m) do Artigo 17.º do Convite] .....</b>	<b>24</b>
<b>ANEXO VI - Modelo de Declaração a que se refere o artigo 69.º do CPA.....</b>	<b>25</b>
<b>ANEXO VII - Modelo de declaração para efeitos do disposto nos artigos 113.º e 114.º do CCP .....</b>	<b>26</b>

## CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

### Artigo 1.º – Objeto do procedimento

1. O presente procedimento tem por objeto a “*Aquisição de Renovação Suporte 4 Equipamentos Cisco (SW) Housing IPTelecom*”, de acordo com as cláusulas jurídicas e técnicas constantes do Caderno de Encargos, bem como dos anexos que o compõem, e demais peças do procedimento.
2. O contrato a celebrar inclui os serviços a prestar descritos na Parte II do caderno de encargos, elaborado no âmbito do presente procedimento.

### Artigo 2.º – Entidade Adjudicante

1. A entidade pública adjudicante é o Estado Português, através do Instituto de Gestão Financeira da Educação, doravante também designado por IGeFE, I.P., com sede na Avenida 24 de Julho, n.º 134, 1399-029 Lisboa, com os números de telefone +351 213949200, de telefax +351 213907003 e com o e-mail: [compras@igefe.mec.pt](mailto:compras@igefe.mec.pt).
2. Todas as comunicações relativas ao procedimento devem ser efetuadas por escrito, na plataforma eletrónica de contratação, acessível através do sítio eletrónico <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/>.

### Artigo 3.º – Órgão competente / decisão de contratar

1. O órgão com competência para a decisão de contratar e autorizar a despesa é o Conselho Diretivo do IGeFE, I.P., nos termos conjugados do estatuído na alínea b) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, do n.º 3 do artigo 38.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, na redação atual, dos artigos 36.º e 38.º, ambos do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, e em conformidade com o Despacho n.º 8289/2022, de 28 de junho de 2022, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 130, pág. 156, em 7 de julho de 2022.
2. Nestes termos, por Despacho de 16 de agosto de 2024 do Vice-Presidente do Conselho Diretivo do IGeFE, I.P., no uso dos poderes delegados, que lhe foram conferidos pela subalínea ii) da alínea j) do n.º 2 da Deliberação n.º 937/2022, do Conselho Diretivo do IGeFE, I.P., de 04 de agosto de 2022, publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 163, pág. 112, em 24 de



agosto de 2022, foi autorizada a despesa e a abertura do presente procedimento por Ajuste Direto por critério material, ao abrigo da base legal constante do artigo seguinte.

3. O procedimento foi precedido de controlo e autorização prévia de compensação, nos termos do previsto no n.º 3 do artigo 42.º da Lei n.º 82/2023 de 29 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para 2024.

#### **Artigo 4.º – Pareceres prévios, licenciamentos e autorizações necessárias que podem condicionar o procedimento e a execução do Contrato**

Considerando que o valor contratual em apreço se mostra inferior a € 10.000 (dez mil euros), o presente procedimento não carece de submissão a pedido de parecer prévio ou de autorização, nos termos e para os efeitos do regime instituído pelo Decreto-Lei n.º 107/2012, de 18 de maio.

#### **Artigo 5.º – Fundamentação da escolha do procedimento**

O procedimento de contratação reveste a forma de ajuste direto, com Convite à empresa RELOAD - CONSULTORIA INFORMÁTICA, UNIPessoal, LDA., NIPC: 506210855, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP.

#### **Artigo 6.º – Peças concursais**

O processo de ajuste direto é composto pelas seguintes peças:

- a) O presente Convite e anexos;
- b) O Caderno de Encargos e anexos;
- c) Os esclarecimentos e as retificações das peças do procedimento (*a existirem*);
- d) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar (*a existirem*).

#### **Artigo 7.º – Consulta e disponibilização das peças do procedimento**

1. As peças que constituem o presente procedimento serão integralmente disponibilizadas, na plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela entidade adjudicante disponível no endereço eletrónico <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/>.
2. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e o *download* das peças do procedimento.

3. Quando, por qualquer motivo, o convite ou o caderno de encargos não tiverem sido disponibilizados, nos termos do disposto no n.º 1, desde a data da sua publicação até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, a pedido dos interessados, no mínimo por período equivalente ao do atraso verificado.
4. A decisão de prorrogação prevista no número anterior cabe ao órgão competente para a decisão de contratar e será junta às peças do procedimento e notificada a todos os interessados que as tenham adquirido, na plataforma eletrónica, publicando-se imediatamente aviso daquela decisão, nos mesmos termos em que foi publicitado o anúncio do procedimento.
5. O Convite, o Caderno de Encargos e todas as comunicações efetuadas no âmbito da consulta preliminar e estão disponíveis para consulta todos os dias úteis, entre as 10h00 e as 12h30 e as 14h30 e as 17h00, nas instalações do Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P., sitas Avenida 24 de Julho, n.º 134, em 1399-029 Lisboa, devendo a solicitação de acesso ser previamente agendada com o Núcleo de Contratação Pública.

#### Artigo 8.º – Esclarecimentos, retificação e erros e omissões das peças do procedimento

1. A entidade convidada deve enviar os seus pedidos de esclarecimentos através da plataforma eletrónica de contratação pública, disponível no endereço eletrónico <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/>, até às **17:00 horas** do dia de término do **primeiro terço do prazo** estabelecido para a apresentação de propostas e no mesmo prazo devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças por si detetados, em conformidade com o previsto no n.º 2 do art.º 50.º do CCP.
2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior ou quaisquer outros da iniciativa da Entidade Adjudicante serão prestados pelo órgão competente para a decisão de contratar, por escrito, através da plataforma eletrónica de contratação pública identificada no número anterior, até ao final do **segundo terço do prazo** fixado para a apresentação das propostas.
3. No prazo indicado no número anterior, a Entidade Adjudicante deve pronunciar-se sobre os erros e omissões identificados pelo interessado, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ela expressamente aceites.
4. O órgão que autorizou a decisão de contratar pode, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, proceder oficiosamente à retificação de erros ou omissões das

peças do procedimento, de acordo com o disposto no n.º 7 do artigo 50.º do CCP, devendo nesse caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do mesmo CCP.

5. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores, a(s) lista(s) de erros e omissões serão disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, prevalecendo sobre estas em caso de divergência, sendo, de imediato, notificados de tal facto todos os interessados que a tenham adquirido.

6. A Entidade Adjudicante reserva-se no direito de, por sua iniciativa e dentro do prazo fixado no n.º 2, juntar ao processo do procedimento, sob a forma de aditamentos numerados segundo a ordem de emissão, os elementos adicionais que julgar necessários à melhor clarificação do objeto do mesmo.

7. Para todos os efeitos legais, considerar-se-ão estes aditamentos como esclarecimentos de dúvidas de interpretação das peças patenteadas, seguindo-se a forma de divulgação prevista no n.º 5 do artigo 50.º do CCP, não dando lugar à prorrogação do prazo fixado para apresentação das propostas.

#### **Artigo 9.º – Agrupamentos**

Não é admissível a apresentação de propostas por agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, no termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 117.º do CCP.

#### **Artigo 10.º – Admissão de concorrentes**

Encontra-se impedida de apresentar proposta concorrente que se encontre nas situações descritas no artigo 55.º, sem prejuízo do disposto no artigo 55.º-A, ambos do CCP.

## **CAPÍTULO II – REQUISITOS A QUE DEVEM OBEDECER AS PROPOSTAS E A RESPETIVA ENTREGA**

#### **Artigo 11.º - Prazo e forma para apresentação da proposta eletrónica**

1. A apresentação da proposta e os documentos que a instruem serão entregues até às **23 horas e 59 minutos do 6.º dia** (hora legal de Portugal continental), contado a partir do dia de



publicitação do procedimento, **exclusivamente na plataforma eletrónica de contratação**, acessível através do sítio eletrónico <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/>, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 470.º do CCP.

2. Os concorrentes deverão diligenciar em submeter a proposta e os documentos que a constituem atempadamente, para que a mesma seja rececionada antes da data e hora constante do n.º 1 do presente artigo.

3. A proposta, bem como os documentos que a instruem, devem ser todos individualmente assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, com aposição de assinatura eletrónica qualificada, nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

4. Nos casos em que o certificado não relacione diretamente o assinante com a sua função ou poder para assinatura, o concorrente deve ainda submeter na plataforma, apondo-lhe assinatura digital qualificada, um documento comprovativo dos poderes de representação.

5. Os concorrentes devem prever o tempo necessário para o carregamento da proposta e dos respetivos documentos, bem como, para a assinatura eletrónica qualificada, uma vez que, só serão admitidas a análise, as propostas recebidas até ao prazo indicado no n.º 1 do presente artigo.

#### **Artigo 12.º - Indicação do preço**

1. Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e não incluem o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), devendo aquela ser acompanhada pela lista de preços unitários que lhe serviu de base.

2. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.

3. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

#### **Artigo 13.º - Proposta base**

1. A proposta apresentada pelo concorrente será considerada como totalmente incondicionada, tendo-se como não escritas quaisquer condições divergentes do Caderno de Encargos e Especificações Técnicas, ou alternativas de qualquer natureza, que constem dessa mesma proposta, ou de outros documentos que a acompanhem.



2. Para efeitos de elaboração da proposta base os concorrentes devem ter em consideração a natureza dos bens, descritos no Caderno de Encargos e Especificações Técnicas.

#### Artigo 14.º - Proposta variante

Não é admitida proposta que envolva alterações das cláusulas do Caderno de Encargos, nem a apresentação de variantes ao mesmo.

#### Artigo 15.º - Caução

Considerando que o preço contratual é inferior a € 500.000,00 (quinhentos mil euros), não é exigível a prestação de caução, conforme previsto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

#### Artigo 16.º – Proposta e documentos que a constituem

1. A proposta é a declaração pela qual a entidade convidada manifesta ao representante da entidade adjudicante, a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo, e instruída com os elementos exigidos no número seguinte e com os documentos previstos no n.º 4.

2. Na proposta, o concorrente deve integrar, **obrigatoriamente**, os seguintes elementos:

- a) Referência do procedimento;
- b) Nome do concorrente;
- c) Indicação do preço total dos serviços a prestar, com e sem a respetiva taxa de IVA aplicável;
- d) Indicação da taxa de IVA aplicável;
- e) As propostas devem mencionar expressamente que ao preço total acresce o IVA e a taxa aplicável, se a mesma for devida;
- f) Prazo de prestação dos serviços, caso seja inferior ao exigido na Cláusula 6.ª do Caderno de Encargos;
- g) Prazo de validade da proposta;
- h) Condições de pagamento;
- i) Detalhe de cada fase do projeto, se aplicável;
- j) Certidão de registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso à certidão permanente, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;

k) Declaração de confidencialidade, elaborada nos termos do **ANEXO IV** ao presente Convite;

l) Declaração do cumprimento do disposto no artigo 419.º-A do CCP, aplicável ao presente contrato por via da remissão do artigo 451.º do mesmo Código, constante no **ANEXO V**.

3. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.

4. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos

5. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, sem emendas ou rasuras, ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual a entidade convidada declara aceitar a sua prevalência, para todos os efeitos sobre os respetivos originais.

6. Excecionam-se ainda do número 3 eventuais catálogos, documentos técnicos e respetivas especificações, os quais, caso não estejam traduzidos, poderão ser entregues em inglês.

7. Sem prejuízo do disposto no número anterior, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 58.º do CCP, serão admitidos os documentos que, em resultado das cláusulas técnicas do presente procedimento, se encontrem redigidos em língua estrangeira, sendo admitido o idioma inglês.

8. A proposta deve ainda ser instruída **obrigatoriamente**, pelos seguintes documentos:

- a) **Anexo I da proposta** - Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo que constitui o **ANEXO I** a este Convite (a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP);
- b) Caso existam, a relação dos encargos em que incorreram com a elaboração da respetiva proposta, que possam documentalmente comprovar se solicitado, nomeadamente pela Entidade Adjudicante;
- c) Deverá ser entregue certificação técnica da Adjudicatária nas tecnologias propostas/intervencionadas - Certificado técnico do(s) fabricante(s) passado à

- Adjudicatária (ou técnicos da Adjudicatária) para as tecnologias propostas/intervencionadas;
- d) Deverá ser entregue declaração do(s) fabricante(s) como os serviços de assistência técnica (suporte) propostos pelo parceiro serão assegurados por equipa de técnicos certificados e especializados do/pelo fabricante, com formação regular para operar nos equipamentos instalados no ecossistema tecnológico;
- e) Quaisquer outros documentos que o concorrente considere relevantes para a apreciação da proposta.
9. Todos os modelos constantes deste convite devem ser preenchidos pelo concorrente sem efetuar alterações à sua integridade.

#### **Artigo 17.º – Prazo da obrigação de manutenção das propostas**

Os concorrentes são obrigados a manter as propostas pelo prazo de **66 (sessenta e seis)** dias úteis contados da data do término do prazo fixado para a apresentação das mesmas, que se renova por períodos de 30 (trinta) dias se, no decurso de cada período, os concorrentes nada declararem em contrário por escrito.

#### **Artigo 18.º – Negociação**

A proposta a apresentar não será objeto de negociação.

#### **Artigo 19.º – Retirada da proposta**

1. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação da proposta, o interessado que já a tenha apresentado pode retirá-la, bastando comunicar tal facto à Entidade Adjudicante, através de documento a apresentar na plataforma eletrónica.
2. O exercício da faculdade prevista no número anterior não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro daquele prazo.

## **CAPÍTULO III – DA ANÁLISE DA PROPOSTA E ADJUDICAÇÃO**

### **Artigo 20.º – Esclarecimentos e suprimimento de irregularidades das propostas**

1. O órgão competente para a decisão de contratar pode pedir ao concorrente quaisquer esclarecimentos sobre a proposta apresentada que considere necessários para efeito da análise das mesmas, sendo os mesmos disponibilizados na plataforma eletrónica.
2. Os esclarecimentos prestados pelo respetivo concorrente fazem parte integrante das propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão.
3. O órgão competente para a decisão de contratar, deve solicitar ao concorrente que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, proceda ao suprimimento das irregularidades das suas propostas causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimimento, incluindo a apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta, sendo os mesmos disponibilizados na plataforma eletrónica.
4. O órgão competente para a decisão de contratar procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.

### **Artigo 21.º – Adjudicação e notificação da decisão**

1. Inexistindo fundamento para a decisão de não adjudicação, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 79.º do CCP, o órgão competente para a decisão de contratar decide sobre a adjudicação e notifica-a ao concorrente, na plataforma eletrónica, até ao termo do prazo de obrigação de manutenção da proposta.
2. Por motivo devidamente justificado, a decisão da adjudicação pode ser tomada e notificada ao concorrente após o término do prazo referido no número anterior, sem prejuízo do direito de recusa da adjudicação pelo concorrente.
3. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica a Adjudicatária para:
  - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos no artigo 23.º do presente Convite;



b) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.

#### Artigo 22.º – Documentos de habilitação

1. A Adjudicatária deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:

a) Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo II** do CCP e que constitui o **ANEXO II** a este Convite.

b) Documentos comprovativos de que não se encontra na situação prevista nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP – no caso de pessoas coletivas, documentos de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência das mesmas que se encontrem em efetividade de funções;

c) Cópia da certidão do registo comercial da empresa, ou Documento com indicação do código de acesso *online* à certidão permanente do registo comercial;

d) Identificação completa de quem tem poderes para outorgar o Contrato;

e) Documento comprovativo de Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) – Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, na redação atual, ou o respetivo código de acesso (sendo o preenchimento da declaração do RCBE feito através do site <https://justica.gov.pt/servicos/Registo-de-Beneficiario-Efetivo>);

f) Declaração do n.º 3 e 4 do artigo 69.º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), conforme **ANEXO VI**.

g) Declaração emitida conforme modelo do **ANEXO VII** ao presente convite.

#### Artigo 23.º – Modo de apresentação dos documentos de habilitação

1. A Adjudicatária deve apresentar os documentos de habilitação referidos no artigo anterior, na plataforma eletrónica de contratação ([www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)), no **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, a contar da data de notificação para o efeito.

2. Quando os documentos a que se refere o artigo anterior se encontrem disponíveis na Internet, a Adjudicatária pode, em substituição da sua apresentação, indicar à Entidade Adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

3. Quando a Adjudicatária tenha prestado consentimento, nos termos da lei, para que a Entidade Adjudicante consulte a informação relativa a qualquer dos documentos referidos no artigo anterior, é dispensada a sua apresentação nos termos do n.º 1 ou da indicação prevista no n.º 2 deste artigo, sendo que o documento comprovativo do consentimento constitui um documento de habilitação a apresentar no âmbito do n.º 1 do artigo 23.º do presente Convite.
4. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir à Adjudicatária, em prazo a fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto no n.º 1 deste artigo, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes, sendo aplicável com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 86.º do CCP.
5. Todos os documentos que devam ser emitidos pelo concorrente serão assinados pelo mesmo, indicando, se se tratar de pessoa coletiva, a qualidade em que assina.
6. Os documentos referidos nos números anteriores podem também ser assinados por procurador, devendo, neste caso, juntar-se procuração que confira a este último, poderes para o efeito, devidamente legalizada.
7. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos noutra língua, deve a Adjudicatária fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declare aceitar a sua prevalência, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais, conforme modelo constante do **ANEXO III** ao presente Convite.
8. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos apresentados, ou no caso de não serem apresentados no prazo fixado para o efeito, ou redigidos em língua portuguesa, por facto que não seja imputável à Adjudicatária, e que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, será concedido um **prazo adicional de 3 (três) dias úteis** para a supressão das irregularidades ou apresentação dos documentos.

#### **Artigo 24.º – Não apresentação dos documentos de habilitação**

1. Sem prejuízo, do disposto nos artigos 87.º e 87.º-A do CCP, a adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatária não apresentar os documentos de habilitação:
- a) No prazo fixado no presente Convite;

- b) No prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso previsto no n.º 8 do artigo 81.º do CCP;
  - c) Redigidos em língua portuguesa ou, acompanhados de tradução devidamente legalizada, caso se encontrem redigidos em língua estrangeira.
2. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1 *supra*, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar a Adjudicatária relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando-lhe um prazo, não superior a 5 dias, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
  3. Quando as situações previstas no n.º 1 acima, se verificarem por facto que não seja imputável à Adjudicatária, o órgão competente para a decisão de contratar deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional de **6 (seis) dias úteis** para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.
  4. Nos casos previstos nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

#### Artigo 25.º – Contrato

Considerando que o preço contratual é inferior a € 10.000,00 (dez mil euros), de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP, encontra-se dispensada a redução a escrito do Contrato.

#### Artigo 26.º – Encargos

São encargo da Adjudicatária as despesas e encargos inerentes à elaboração e apresentação da proposta, bem como à redução do contrato a escrito, emissão de seguros, quando a eles houver lugar.

### CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES FINAIS

#### Artigo 27.º – Contagem dos prazos

Salvo disposição expressa em contrário, à contagem dos prazos previstos no presente convite, aplica-se o disposto nos artigos 470.º e 471.º do CCP.

**Artigo 28.º – Prevalências**

1. As normas do convite prevalecem sobre quaisquer indicações constantes da plataforma a que diz respeito que com elas estejam desconformes.
2. Nos casos em que se considere lapso das peças concursais ou omissões, prevalecem as normas constantes do CCP e demais legislação aplicável.

**Artigo 29.º – Legislação aplicável**

1. Em tudo o que for omissivo no presente Convite e no Caderno de Encargos elaborado no âmbito do presente procedimento pelo IGeFE, I.P., observar-se-á o disposto no CCP, na sua redação atual, e restante legislação aplicável.
2. As normas do CCP relativas às fases de formação e de execução do Contrato prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.



## ANEXOS

**ANEXO I - Modelo de declaração**

[a que se refere a alínea *a*) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea *i*) da alínea *b*) e alínea *c*)

do n.º 3 do artigo 256.º-A, ambos do CCP), conforme aplicável]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do Contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido Contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido Contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

*a)*...

*b)*...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido Contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de Contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas *b*), *d*), *e*) e *h*) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de Contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.



... (local),... (data),... [assinatura (4)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas *b)*, *c)* e *d)* do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.

**ANEXO II - Modelo de declaração****[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]**

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de Contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

**ANEXO III - Modelo de declaração de prevalência das traduções**

\_\_\_\_\_ (*Identificação do(s) representante(s) legal(is) da Entidade Convidada*), titular(es) do(s) bilhete(s) de identidade/cartão de cidadão n.º(s) \_\_\_\_\_, na qualidade de representante(s) legal(is) de \_\_\_\_\_, declara(m), sob compromisso de honra, que a sua representada, para efeitos do disposto no Anúncio para a “\_\_\_\_\_”, promovido pelo IGeFE, I.P., aceita que as traduções apresentadas nos documentos que acompanham a sua proposta prevalecem, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

... (local), ... (data),...[assinatura <sup>1</sup>]

<sup>1</sup> Nos termos do disposto nos n.º 4 e 5 do artigo 57.º.

**ANEXO IV - Modelo de declaração de confidencialidade****[a que se refere a alínea I) do n.º 2, do Artigo 16.º do Convite]**

F... [indicar nome da(s) firma(s) e sede(s) da(s) empresa(s) que integra(m) a Entidade Convidada], depois de ter(em) tomado conhecimento do procedimento pré-contratual referente à “ \_\_\_\_\_ ”, promovido pelo Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P. (IGeFE, I.P.), a que se refere o convite à apresentação de propostas datado de .../.../... e dos seus termos, vem(êm) subscrever a presente declaração aceitando cumprir as inerentes obrigações e responsabilidades nos termos da legislação Portuguesa.

Para este efeito, "INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL" significa (inclusive, mas não exclusivamente) toda e qualquer informação de/e em projeto, de equipamentos, das instalações, da construção, da manutenção, de custos, de licenciamentos e do conteúdo de Contratos, bem como qualquer outra informação relativa ao procedimento em apreço, pelo que é considerada propriedade intelectual e confidencial do IGeFE, I.P..

Concordamos assim que nem nós, como empresa convidada, nem subsidiárias, associadas, casa mãe ou os respetivos agentes, funcionários ou representantes, ou entidades subcontratadas por si só ou em benefício de alguma pessoa ou entidade, que não do IGeFE, I.P., poderemos usar a Informação Confidencial, seja por que motivo for, em qualquer momento ou em qualquer lugar, exceto com o propósito de desempenhar a respetiva função neste procedimento, sem a expressa e antecipada autorização, por escrito, do IGeFE, I.P. bem como, concordamos em listar e manter a Informação Confidencial de acordo com os seguintes termos e condições:

Não serão feitas cópias (exceto no caso de cópias necessárias aos nossos funcionários que estejam afetos a este Processo).

Será guardada e protegida em lugar seguro, com adequada segurança, por forma a evitar que pessoas não autorizadas a ela tenham acesso.

Serão autorizados a ela terem acesso, somente os nossos representantes para quem o acesso a essa informação seja necessário e indispensável para o bom desempenho do seu trabalho.

Serão elaboradas listas com identificação dos nossos representantes que a ela tenham tido acesso, registando-se ainda o que dela foi facultado e a data em que o foi, para uma eventual auditoria por parte das Autoridades e/ou do IGeFE, I.P..

Devolveremos toda a Informação Confidencial e destruiremos todas as cópias que dela tenham sido feitas e que estiverem em nosso poder, se o IGeFE, I.P. assim o exigir e caso não sejamos os Adjudicatários.

Aceitamos e reconhecemos que a prestação de informação classificada e qualquer colaboração nossa na sua elaboração não nos confere quaisquer direitos sobre essa Informação, a qual permanecerá, para todos os efeitos, propriedade do IGeFE, I.P. e do Estado Português.

As restrições à Informação Confidencial não se aplicam, unicamente, quando a respetiva divulgação foi expressa e previamente autorizada pelo IGeFE, I.P.

Em função da natureza confidencial deste procedimento, declaramos estar cientes de que a violação da presente declaração de confidencialidade é suscetível de motivar a exclusão deste procedimento da empresa que representamos, sem prejuízo de outras responsabilidades civis e criminais.

Mais se declara que renunciemos a foro especial, sendo o foro competente o de Lisboa, e nos submetemos em tudo o que respeitar a esta declaração e ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

... (local), ... (data),...[assinatura <sup>2</sup>]

---

<sup>2</sup> Nos termos do disposto nos n.º 4 e 5 do artigo 57.º.

**ANEXO V - Modelo de declaração a que se refere o artigo 419.º-A do CCP****[e o n.º 2, alínea m) do Artigo 16.º do Convite]**

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o contrato n.º ... relativo a ... (objeto do contrato) com trabalhadores que cumpram com as exigências constantes do artigo 419.º-A do CCP aplicável ao presente contrato por via da remissão do artigo 451.º do mesmo Código.

2 - Declara também que, caso o gestor do contrato designado pelo Contraente Público o solicite, apresentará, no prazo que lhe for definido, cópia dos respetivos contratos de trabalho dos trabalhadores afetos à execução do presente contrato de prestação de serviços

3 - O declarante tem pleno conhecimento das consequências de prestar falsas declarações.

.. (local),... (data),... [assinatura].\_





**ANEXO VI - Modelo de Declaração a que se refere o artigo 69.º do CPA****[e a alínea f) do Artigo 22.º do Convite]**

\_\_\_\_\_, com número de documento de identificação \_\_\_\_\_, válido até \_\_/\_\_/\_\_, com domicílio profissional \_\_\_\_\_, na qualidade de representante legal da \_\_\_\_\_, com número de identificação fiscal \_\_\_\_\_ e sede na \_\_\_\_\_, declara, sob compromisso de honra, que relativamente à sua representada não se verificam quaisquer das situações de impedimento previstas nos n.ºs 3 e 4 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA).

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 202\_

O Representante Legal,



**ANEXO VII - Modelo de declaração para efeitos do disposto nos artigos 113.º e 114.º do CCP****[e alínea g) do Artigo 22.º do Convite]**

\_\_\_\_\_ (nome, número de documento de identificação e morada),  
na qualidade de representante legal de \_\_\_\_\_ (designação,  
número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas,  
números de identificação fiscal e sedes), na qualidade de concorrente/adjudicatário(a) no  
procedimento por \_\_\_\_\_ (designação ou referência ao procedimento em  
causa), declara que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 6 do artigo  
113.º e/ou no n.º 2 do artigo 114.º do Código dos Contratos Públicos no momento da  
adjudicação e/ou da celebração do contrato.

(local), ... (data), ... [assinatura ]